
**A ACADEMIA MILITAR NO CONTEXTO DA SOCIEDADE
PORTUGUESA ACTUAL, FRENTE À MISSÃO NACIONAL
E À FUNÇÃO SOCIAL DAS FORÇAS ARMADAS**

A ACADEMIA MILITAR NO CONTEXTO DA SOCIEDADE PORTUGUESA ACTUAL, FRENTE À MISSÃO NACIONAL E À FUNÇÃO SOCIAL DAS FORÇAS ARMADAS

1.1 — Transformações recentes relacionadas com a evolução das civilizações

Reflectindo sobre «A Guerra e os Homens», nas vésperas do Segundo Conflito Mundial, o general Debenay, um dos heróis de Verdun e da Batalha do Somme, o vencedor da Batalha de Amiens-Montdidier em Abril de 1918, destacava três pontos: em primeiro lugar, as aplicações modernas das ciências ao armamento; em segundo, a formação de instituições democráticas, democratizando as Forças Armadas graças ao serviço militar obrigatório e à mobilização geral; e, em terceiro, a mudança dos próprios homens e da psicologia do chefe militar, pois ao soldado de carreira sucedera o soldado cidadão, de todos os quadrantes socio-profissionais. A luta contra a guerra total desencadeada pelas potências totalitárias alargou o papel da ciência, do fabrico e invenção de armamentos, à própria condução das operações, criando o cálculo operacional, na linha de sugestões lançadas por Maquiavel em *A Arte da Guerra* no começo de Quinhentos. Por outro lado, pôs às Forças Armadas opções decisivas: ou se deixam instrumentalizar por correntes políticas que matam a liberdade e a dignidade cívica, ou, recusando politizar-se sectariamente, ao defenderem a independência e a identidade nacional defendem conexamente a democracia, graças a uma autêntica consciência política.

1.2. — Guerra e economia: esboço de uma teoria histórica

Descartando a concepção da agressividade natural dos humanos, convirá lembrar três ou quatro fases fundamentais nas relações entre as armas e as civilizações. Nas sociedades senhoriais, o excedente produtivo, isto é, a parte da produção que não é indispensável à subsistência dos que produzem, é apropriado por outras camadas que dispõem dos meios da força — o cavalo, a espada, a lança — embora sob a forma de renda senhorial que os cavaleiros arrecadam dos dependentes pessoais. Com o Estado nacional, dispondo da artilharia e armas de fogo portáteis, essa apropriação faz-se pelo imposto ou tributo, ou pela manutenção de uma ordem social que assenta nessa renda fundiária; a função das armas é frequentemente transferir os excedentes produtivos de uma colectividade para o círculo dominante de outra — pela guerra, pela pirataria. Destrói-se tão só por inconsideração ou imperiosa necessidade táctica, porque o fim é a apropriação. Definiríamos pois as armas como bens

de apropriação violenta, de transferência do excedente produtivo. As guerras são lutas contra essa apropriação. Já as guerras religiosas revestem outro caráter, que anuncia as guerras políticas: pelo poder do Estado nacional ou em defesa de um regime ameaçado por outros. Com a Revolução Francesa e a nação mobilizada entra-se decisivamente em nova fase: o armamento tem cada vez mais uma função global e na guerra pretende-se destruir o armamento do adversário para o submeter, quando não aniquilar os homens que combatem. As armas passaram a bens de destruição, contrapondo-se aos bens de produção e aos de consumo. A mobilização de massa, levando a exércitos de centenas de milhar, depois de milhões de soldados, arrastou, conjugada com as sucessivas Revoluções Industriais, o predomínio do material e da potência de fogo: a artilharia pesada de longo alcance, as metralhadoras, os carros de assalto, a aviação. A guerra passou a depender da indústria, e a indústria a contar com a guerra para escapar às crises cíclicas ou conjunturais. Mas só com a aproximação do decisivo duelo entre potências fascistas e democracias liberais os Estados passaram a pôr sistematicamente a investigação científica ao serviço da invenção técnica, e depois da elaboração estratégica e tática. No Segundo Conflito Mundial a destruição material, efectiva, de armamento, recursos produtivos e gentes foi o grande meio de acção, escorado numa produção industrial galopante que as descobertas científicas provocadas deliberadamente e metodicamente conduzidas alimentam e promovem. Chegou-se porém a um poder de destruição tal que a ideia de o efectivar se tornou cada vez mais inaceitável; ora, como as economias passaram desde a Segunda Guerra Mundial a depender estruturalmente do fabrico de bombardeiros, caças, *tanks*, canhões, dispositivos de radares e foguetões, etc., se não houver destruição aquelas gripam o motor; a menos que... A solução tem sido outra: subordinando cada vez mais a ciência a fins militares, e da pesquisa científica fazendo sair o caudal de produção industrial, o ritmo de inferno das invenções torna rapidissimamente obsoletos os armamentos em armazém e obriga a lançá-los para a sucata (ou a vendê-los para guerras locais ou países atrasados...) e tem assim o mesmo efeito destruidor de material que teria a guerra real; a obsolescência substitui a destruição, no conjunto mundial.

1.3 — Exército profissional e exército nacional

Em 1927 escrevia, em *Introdução ao estudo do Combate da Infantaria*, o Coronel Vitorino Godinho, que fôra professor da Escola Militar e Chefe do Estado Maior da 1.ª Divisão do CEP em França; «É no estudo comparativo da vida social dos diversos povos, através de todas as épocas, no estudo das suas instituições políticas e relações internacionais, no exame atento da curva representativa das prosperidades de um povo que nós podemos colher elementos para o estudo de uma organização militar.» É, assim, por uma análise em que convergem os projectores de todo o leque das ciências humanas que determinaremos o que tem sido e qual deve ser o papel das

Forças Armadas, e conseqüentemente, as suas formas organizacionais e modalidades de formação.

As novas características da guerra global, de cunho marcadamente científico, repuseram o problema do exército profissional a substituir o exército nacional. Porquanto se trata crescentemente de decidir coordenadamente o emprego de material cujo manejo é de alta tecnicidade, e que por isso exigiria profissionais, as grandes massas iriam para a mobilização industrial, e produtiva em geral. Sem dúvida os meios da guerra moderna, dependentes da investigação científica (mas também escravizando-a), implicam quadros permanentes competentíssimos e com elevado sentido das responsabilidades; sem dúvida a massa mobilizável deve possuir consciência política e cívico-patriótica de excelente formação, e ser, na diversidade de ocupações, de muito boa qualidade de preparação nos seus ofícios: isto aliás até para ganhar as batalhas da democratização e da prosperidade. Mas com gentes assim a adaptação a outras funções faz-se hoje depressa, e um exército profissional permanente acabaria inevitavelmente por ser um corpo estranho na nação, por mais democrático que fosse o seu recrutamento: porque a democraticidade do recrutamento não assegura de forma alguma a democraticidade da instituição e do seu comportamento — basta lembrar a Reichswchr nazi, recrutada não já entre os *junker* mas sim nas camadas populares. A mobilização nacional é a única forma de afirmação de uma identidade que oito séculos de história cimentaram e alguns tresloucados quiseram quebrar.

1.4 — Forças Armadas e opções políticas

Aliás, numa época de muito mais forte probabilidade de conflitos localizados (mesmo se fomentados por numerosos de fora) ou de lutas intestinas (também do exterior incitadas e alimentadas), só a participação do conjunto nacional pode defender os valores das terras e gentes que merecem ser preservados e a esperança de futuro de que são portadores. Mas se a escolha do exército nacional em vez do profissional é uma decisão política — a aposta na democracia —, mais pertinentemente as opções políticas se põem, impõem nestes outros casos. Esclareçamos este tópico, decisivo. Trata-se, antes de mais, de rejeitar categoricamente qualquer militarização da sociedade civil, como se trata de rejeitar não menos categoricamente toda e qualquer subordinação de Forças Armadas a esta ou àquela corrente político-social. Tal subordinação, transformando as Forças Armadas na arma de um partido, não só, por esse facto mesmo, as transformaria, quisessem-no ou não, em arma de potência estrangeira que esse partido serve ou com que se consubstancia, como assim as dividiria da sociedade civil, opondo-se-lhe — vimo-lo durante longos meses de 1975 —, e desagregaria a Nação. As Forças Armadas têm de estar politizadas para não serem armas políticas: isto é, têm de ter consciência das grandes opções nacionais e dos valores colectivos, das alternativas consentâneas com as gentes e o seu terrunho, escapando à armadilha de se enfeudarem a este ou àquele César. O contrário de uma falsa politização

não é o apolitismo, em nome do qual muita opressão longamente se manteve: é o convívio no ideal pluralista com a determinação de barrar o caminho a qualquer totalitarismo. Afinal, a sociedade militar tem de estar integrada na sociedade civil, e o poder militar inserir-se num dos escalões de que o poder civil é a cúpula.

1.5 — Hierarquia e democracia

A instituição militar tem a sua lógica própria, como a tem a empresa (mesmo socialista), ou um hospital ou uma escola. Em todas, de resto, há muito de comum. Antes de mais, uma hierarquia de funções, com poder de decisão e responsabilidade nos vários escalões. Seja a escolha por concursos, por provas a prestar ou já dadas, ou por eleição, os competentes é que devem ocupar os lugares para que se exige competência, e há que haver disciplina no cumprimento das decisões tomadas por quem tem legitimidade para as tomar. As brincadeiras de pseudo-autogestão por incompetentes já custaram somas fabulosas ao País, já o empobreceram gravemente e tornaram excessivamente dependente do exterior, já desorganizaram demasiado sem nada reorganizar, para nos podermos permitir continuar nesse jogo de minorias irresponsáveis ou que querem apunhalar Portugal. Um serviço de cirurgia não pode ser dirigido pelo porteiro, os programas do curso de Medicina não podem ser fixados pelos que ainda nem médicos são, um doutoramento em física não pode ser apreciado pelos que não são já físicos com obra científica válida. Decerto, e não se deve fugir ao problema crucial, cabe indagar como conciliar a hierarquia com a democracia; sobretudo a partir do momento em que tanto nos exércitos como nas empresas o cálculo operacional, que exige especialização, impõe que as decisões sejam tomadas por quem tenha competência para conhecer as razões; e no caso das Forças Armadas o segredo e a rapidez de decisão são incompatíveis com plenários; mesmo nas outras organizações há que assegurar a plena representatividade das assembleias. A democratização pode vir do modo de recrutamento: a todos serem garantidas iguais oportunidades de acesso a todas as funções, seleccionando pela competência; mas já vimos que não basta. Sublinhemos que a hierarquia não apaga a igualdade na cidadania de todos, superiores e subordinados. Acrescentemos mais que a disciplina democrática assenta sobretudo na consciência da legitimidade dos fins e na adequação moral dos meios aos fins; numa adesão assumida em conhecimento de causa aos objectivos da acção comum; no espírito cívico alerta que impeça ser manipulado por partidos ou grupos ou tendências. Na empresa pequena ou média é possível maior participação de todos nas decisões, a caminho da co-gestão ou mesmo da autogestão; na grande empresa, como uma rede bancária, a decisão centralizada, embora fiscalizada, resultante do cálculo operacional, embora apoiada na tomada de consciência de todos, tem de primar; o mesmo nas Forças Armadas, por maioria de causa. Não pode existir impunidade quando se prevarica, desacata ou não cumpre; como não pode existir o direito de se ocupar um lugar para que se não é competente.

2 — Sociedade Portuguesa e Forças Armadas

A Constituição da República Portuguesa, e a Lei Constitucional de Dezembro de 75, agora interpretadas pelo discurso do Presidente da República em 19 de Julho ao dar posse ao novo CEME, definem com clareza e rigor a natureza, o espírito e o papel das Forças Armadas na Nação, depois dos baldões em que se iam afundando, e com elas a nossa pátria, devido às manobras calculistas de minorias ansiosas por instalarem entre nós o Reino da Estupidez e da Loucura. Todavia, importa ir mais longe, para chegar à organização concreta e efectuar a construção da nova pátria, e para tal temos de tentar pelo menos esboço de resposta a duas questões: Que sociedade temos sido? Que sociedade queremos vir a ser? Pois respondendo-lhes é que estaremos habilitados a precisar o que foram e têm sido as Forças Armadas na Nação e o que devem vir a ser, como devem contribuir para erguer essa pátria nova a que aspiramos. Perguntas que capciosamente têm sido consideradas simples, de resposta unívoca: pois Portugal não era uma sociedade capitalista? E agora não pretende vir a ser uma sociedade socialista? Desfaçamos essa falsa simplicidade, com que têm sido manipuladas fracções ingénuas do nosso povo. É todo o contexto, mais, toda a textura da questão fulcral hoje aqui discutida que está em causa.

2.1 — A estrutura da sociedade portuguesa

As caravelas quatrocentistas e quinhentistas ligaram cidades e algumas regiões através do Globo inteiro, lançando os alicerces do mercado mundial, enquanto plantações e feitorias erguiam o capitalismo mercantil a que se prende a génese do Estado moderno, em Portugal um Estado-mercador; uma nova sociedade assim se tecia, cujo tipo é o cavaleiro mercador, e abriam-se as possibilidades da civilização moderna, técnica e científica. Porém, as nações da grande arrancada autobloquearam-se, sob o peso de camadas nobiliárquico-eclesiásticas e comerciais excessivas e que se apropriaram a terra, de modo que não se investiu na agricultura nem na indústria e a economia visou a sumptuosidade ou a subsistência. Por isso a Península não vem a participar na Revolução Industrial da máquina a vapor, da hulha e do tear, depois na da metalurgia e da química, nem na da electricidade e do petróleo, a não ser numa ou noutra zona periférica — Catalunha, Astúrias —, como também a sua ordem política não é transformada de raiz pelo movimento oriundo da Revolução Francesa. Daí que no século XIX não se tenha industrializado nem tenha construído a sociedade e a civilização burguesa. É que a modernização agrícola, mau grado Mouzinho da Silveira e a legislação liberal a desagravar a terra, permaneceu bem tímida: ocupou melhor o solo, mas só extensivamente — três milhões de habitantes trabalhavam 3 milhões de hectares em 1800, e 5 milhões trabalham 5 milhões de hectares em 1900; de 1854 a 1906, enquanto a população cresce de + 50%, o número de cabeças de gado aumenta apenas de 14,4%. O tímido desenvolvimento agrícola a partir de

1835 suscita um ainda mais tímido movimento industrializador depois de 1865-1870, mas para final do Oitocentismo a extraordinária intensificação do comércio externo e a expansão ultramarina vêm interromper a industrialização, desacelerá-la pelo menos: se o consumo de carvão por habitante subira de 0,05 toneladas para 0,16 em vinte e um anos, se o número de máquinas a vapor passa de 70, com potência de 983 C.V. em 1852, a 7052 C.V. em 1881 e a 111 374 C.V. em 1908, não esqueçamos que já em 1896 a Bélgica dispunha de 1 180 000 C.V. para uma superfície menos de metade, e a capitação de carvão é muitas vezes inferior à dos outros países. A República de 1910-1926 também não conseguiu instaurar entre nós a sociedade e a civilização burguesa moderna.

Para retomarmos ideias de Sauvy, diremos que a falta de modernização técnica e estrutural traduz falta de pressão demográfica. De 3 milhões entre 1800 e 1835, Portugal passa só a 5 um século volvido, quando a Europa, e a maior parte dos seus países, mais do que duplica; de 1900 a 1960 cresce um pouco mais do que a Espanha, cujo ritmo abrandou, e mais o das nações industrializadas; mas não fica sobrecarregado, tanto mais que a emigração o alivia. A sua taxa de fecundidade começa a baixar aliás ao terminar a Primeira Grande Guerra, a taxa de natalidade baixa a partir dos anos 30. E devido à emigração, Portugal diminui de população entre 1960 e 1970, só ganhando nos distritos de Setúbal, Lisboa, Porto, Aveiro e Braga, mas mesmo nestes não em todos os concelhos. E essa população envelhece, sangrada pela emigração dos jovens e dos menos de 35 anos. Por outro lado, a sua distribuição regional desequilibra-se cada vez mais: já no século XIX em 41,7% do território se concentrava à volta de 69% dos habitantes, em 1960 são quase 70% e em 1970 mais de 79%, isto do Minho ao Sado: mas não se apagou o contraste entre o Portugal a norte do rio Liz-serra da Estrela e o Portugal a sul.

País fraquissimamente urbanizado, até pelo menos 1960; mais de vilas do que de cidades, antes da Segunda Guerra Mundial. De 1911 a 1960, a população dos centros de mais de 20 000 habitantes passa de 12,6% a 18,3%, a das vilas (5 000 a 20 000) baixou de 11,96% a 8,9%, e a população abaixo de 5 000 só desceu de 75,43% para 72,71%. Na última data ainda 60,8% vivem em circunscrições inferiores a 2 000 habitantes. Em finais do século XIX, começos do XX, a população agrícola excede 61%, a indústria e o terciário equilibram-se ao redor de 19,5: a primeira vai diminuir muito lentamente — de -4% por decénio —, enquanto nos anos 1920-1930 o sector terciário se avoluma desmedidamente — para 37%, ficando o secundário em 17% e o primário em 46%. Em 1950 ainda a agricultura ocupa 47%, a indústria menos de 25% e o terciário mais de 26%. Em 1960 as percentagens na população activa são respectivamente 43,6%, 28,9% e 27,5%: dez anos depois é que se notam diferenças substanciais: 31,7% na agricultura, 32,3% na indústria, e 36% no terciário. Ora a diminuição marcada no primário deve-se à emigração e não à modernização técnica e mudança de organização agrária. Note-se uma vez mais o excessivo avolumar do terciário, não assente em industrialização nem modernização agrícola prévias.

Exceptuando o eixo Porto-Lisboa-Setúbal, com o ramal a Cascais e duas transversais turísticas à fronteira (agora tão abandonadas!), Portugal é um deserto de circulação: na Europa, o país de menor número de Kms de estrada por 1 000 habitantes, bem como do número de habitantes por automóvel. Fraqueza profunda do mercado interno. Entre o Norte e o Sul, contraste no regime fundiário — latifúndios meridionais contra mini-explorações setentrionais. Com agricultura por toda a parte antiquada, e culturas marginais dadas as características do solo e clima — lembre-se o trigo e os seus mitos. Produtividade muitas vezes inferior à produtividade média lá fora, insuficientíssima mecanização, pouco emprego de herbicidas, fraca adubação ou inadequada, má programação dos amanhos culturais, não utilização da investigação genética.

Decerto, com a Segunda Guerra Mundial a iniciativa privada lança empreendimentos industrializadores, embora limitados, não obstante a política tradicionalista de Salazar. Mas com a recomposição europeia dos anos 60 Portugal volta a ser fábrica de braços para exportar, e o desenvolvimento da indústria desacelera-se. Aliás, industrialização recentíssima, não chegou a criar uma classe operária com consciência moderna própria, nem a impulsionar o que seria o correlativo desenvolvimento cultural (apenas o incremento do ensino técnico e o descontrolado multiplicar de institutos universitários sem finalidade útil). O salazarismo era anti-industrializador e contra a ciência moderna. Por isso a sociedade permaneceu rigidamente estratificada, com débeis classes médias e acentuado contraste entre a oligarquia dominante e a massa assalariada ou de pequenos exploradores de parcos rendimentos. O número de famílias com rendimento superior a 60 contos não alcançava 4%, a massa salarial representava tão só 44% do rendimento nacional (contra pelo menos 60% lá fora). Sociedade arcaizante: o analfabetismo, cujo desaparecimento caracteriza a civilização burguesa, ainda era de 74% em 1900 (maiores de 7 anos), ultrapassava os 30% em 1960 e ainda os 20% em 1970. Outros indicadores: a mortalidade infantil é de 40 por mil nados-vivos em 1974 (mortes antes de 1 ano de idade); a capitação de leite é de 59 Kg/ano em 1965, quando no estrangeiro alcança e ultrapassa 200; em 1973 o número de habitantes por médico era de 1100, quando se situava entre 840 e 560 nos outros países. Sociedade oligárquica: enquanto no começo do nosso século a carga fiscal era das mais pesadas da Europa, o salazarismo tornou-a uma das mais leves.

2.2 — As Forças Armadas na sociedade portuguesa até 1974

O salazarismo foi a férrea determinação de manter a estrutura tradicional, anterior à Revolução Industrial e à Revolução Francesa, ao serviço da oligarquia e da ordem de valores arcaica. Nascido em defesa dos privilégios dos tabaqueiros, e para impedir o imposto progressivo sobre o rendimento, ligado à hierarquia da Igreja, que nunca lhe faltou com o seu apoio, o regime fascista português foi instalado por um golpe militar e nas Forças

Armadas se apoiou durante dezenas de anos. Os militares só em parte tinham contribuído para a República de 1910, mas a sua contribuição fora decisiva; todavia a monarquia descuidara o armamento da Nação, e por isso também não pôde resistir. A República vai lançar novos alicerces: é a Nação em armas, o serviço obrigatório universal, a mobilização nacional: lembremos o nome de Pereira Bastos. Quando deflagra a Grande Guerra, os republicanos vêem que se trava uma luta entre regimes políticos — os autoritários ameaçando as liberdades já alcançadas —, mau grado as lutas de interesses imperialistas subjacentes; vêem assim Portugal ameaçado no seu projecto democrático, como também no seu Ultramar que pertinazmente estava a modelar, na ânsia de novos Brasis. A intervenção na Grande Guerra definia às Forças Armadas uma triplice missão: a) defesa da democracia; b) defesa da independência nacional; c) defesa da obra dos pioneiros portugueses, ante a ameaça dos outros imperialismos. O exército português, organizado por Norton de Matos, cumpre e permite a Portugal entrar na paz em boa posição. Mas os republicanos não tinham depurado as forças armadas da monarquia, e com Pimenta de Castro, primeiro, Sidónio Pais, no final da Guerra, antigos elementos e novos que antepõem a sua germanofilia e pendor para os regimes totalitários ao interesse da Pátria fizeram perigar tais esforços, sem felizmente conseguirem aniquilá-los. A crise mundial de depois da Grande Guerra não podia deixar de se reflectir em Portugal; as forças militares tinham-se avolumado, sem precauções quanto à fidelidade ao regime; muitos dos quadros tinham envejedado pela política, o que dava aos inimigos da República democrática a possibilidade de as controlarem. Os fracassos dos partidos levam, além disso, elementos sinceros a querer uma ditadura transitória. Movimento militar ao serviço da oligarquia, o 28 de Maio instaurou por dois anos um regime autoritário mas caótico de poder militar, em cujos erros deviam ter meditado os homens do 25 de Abril. A incapacidade dos militares trouxe a ditadura salazarista, mas, apesar de heróicos sobressaltos das revoltas republicanas, as Forças Armadas não só pactuam com o regime fascista como o defendem e dele se aproveitam. Claro que assim têm de aceitar a polícia política e as forças militarizadas propriamente fascistas como a Legião, do tipo das que recentemente uma pseudo-extrema esquerda quis ressuscitar entregando as armas «em boas mãos». Durante o fascismo as Forças Armadas foram muito mais o esteio da ditadura do que a garantia da independência nacional: auxiliaram o triunfo do franquismo, que representava um perigo para Portugal como nação livre, e aceitaram o Pacto Ibérico, que previa a intervenção de tropas espanholas em solo português para esmagar revoltas democráticas; deixaram ocupar Timor e não participaram pelas armas na sua libertação, aceitando receber de novo a colónia numa bandeja graças ao sangue de estrangeiros; subordinadas a um Governo alinhado pela Itália de Mussolini e Alemanha de Hitler, mudaram de campo quando isso conveio à sobrevivência do regime. Isso tudo por proventos materiais parcos, a não ser para uns quantos oficiais superiores que entraram para conselhos de administração de empresas.

Sacrificadas à obstinada cegueira de Salazar no caso da Índia, em vez de se aliarem à oposição e mudarem um regime que não defendia sequer os interesses nacionais, antes se obcecava apenas na manutenção da ordem tradicional, quiseram que novas culpas *militares* não lhes pudessem ser imputadas quando rebentaram as revoltas africanas que o ditador e seus acólitos não souberam prever nem para elas souberam preparar a Nação e a política; e todavia, bem fácil era estar informado do que se ia desenrolar. Salazar nunca se interessara pelo Ultramar, a não ser como peça numa ideologia do império; ao contrário da República; e com seus sequazes introduzira o racismo. Desde 1960, as revoltas além-mar serviram-lhe para justificar o autoritarismo e tradicionalismo na metrópole, e para levar as Forças Armadas a apoiarem-no sem desfalecimentos, dado o «complexo da Índia». Se Norton de Matos e outros oficiais fizeram parte do MUNAF, e depois do MUD, eram quase sempre reformados ou da reserva; se seguidamente Humberto Delgado mudou de campo e heroicamente se bateu pela liberdade, o exército não o acompanhou quando quis passar à acção. A intentona Botelho Moniz desfez-se na sua inépcia. A Marinha, tradicionalmente republicana, alinhou com o regime, com as vantagens que começou a auferir a partir de certos ministros. Assim, as Forças Armadas permaneceram o esteio do totalitarismo português, a sua acção foi predominantemente interna, a manter a repressão, e entrando progressivamente para o jogo dos interesses oligárquicos. Por aí é que o regime conseguiu penetrar nas classes médias, que marginalizava e geralmente — advogados, professores, médicos, empreendedores industriais — preferiam a oposição.

2.3 — A evolução social desde o ocaso do salazarismo

Subitamente, foi o 25 de Abril. Ao fim de dois anos, não nos aparece assim súbito, nem sequer como corte que opera uma inversão da linha do processo histórico.

Com o termo da Segunda Guerra Mundial o monolítico sistema salazarista, de uma sociedade predominantemente agrícola-mercantil, com uma banca estática, oligarquia dominante, e valores ritualistas arcaizantes, fora obrigado a ceder ante uns quantos esforços de modernização, incluindo instalação de indústrias. A maneira de viver quotidiana foi-se modificando, instalou-se a «corrupção dos costumes», e tal transformação era mais rápida do que a das estruturas, gerando desajustamentos e tensões. Nos derradeiros anos de Salazar e durante o caetanismo o Estado entrou em desagregação, as Forças Armadas começaram a duvidar, os salários a subir, as bases morais do regime ruíam e as materiais eram abaladas: falava-se já de desenvolvimento, de integração europeia, queria-se o turismo (embora cautelosamente), vivia-se das remessas dos emigrantes, na euforia de uma Europa que ascendia mau grado a crise do petróleo e das matérias-primas. A guerra colonial não tinha solução militar, mas o poder, desagregando-se em poderes, não tinha autoridade para a resolver no plano político. O corporativismo já não podia espartilhar forças económicas contraditórias. O 25 de Abril foi por-

tanto o momento lógico dessa decomposição a acelerar-se. E, com risco de paradoxo, diremos que levou as contradições a desvencilharem-se sem as resolver e sem marcar uma autêntica viragem. A atrofia da autoridade do Estado prosseguiu implacável, a feudalização abarcou todos os sectores e regiões da Nação, a cobiça de melhorias materiais cegou largas camadas, a ambição «de palco» enfeitou muitos, os valores foram totalmente espeziñhados — por exemplo, o trabalho considerado agora um anátema, o ócio uma virtude revolucionária; a generosidade, o respeito pelos outros como diferentes, a lealdade e a lisura, a honestidade no manejo de dinheiro, tudo se esfacelou neste maremoto de desenfreada cupidez e inconsciência; caiu-se na perseguição vesga mesmo aos que nada deviam, quis-se agarrar os poderes — na fábrica, no banco, na hospital, na escola, no quartel — para reconstruir um poder totalitário. Em suma: pretendeu-se fazer caminhar um chamado «processo revolucionário em curso» com mentalidade fascista.

Cada grupo socio-profissional quer legislar para si próprio — os metalúrgicos darem leis na metalurgia, os amassadores no fabrico de pão, os professores na colocação de docentes. Estamos à beira de realizar o que Salazar e Caetano nunca conseguiram: o Estado corporativo. A chamada socialização consistiu quase unicamente na transferência de bens existentes — na apropriação por outras camadas dos bens que pertenciam a uns —, deixou de se produzir em vez de aumentar fortemente a produção como era indispensável, suscitou-se o desemprego por querer empregar todos... na ociosidade ou por julgar inesgotável o lucro do empresário, desorganizaram-se as empresas sob pretexto de uma auto-gestão mal compreendida, perdeu-se a noção de custo de produção, o Estado passou a sustentar quase todas as empresas nacionalizadas e muitas das outras, quando deviam dar um excedente para o erário público. Lançaram-se inconsideradamente culturas da baixíssima produtividade, aniquilou-se o turismo, ameaçaram-se as remessas e poupanças dos emigrantes, agravou-se o déficit da balança comercial e de pagamentos, tem-se andado a viver do pé-de-meia acumulado pelo velho de Santa Comba, na mais total inconsciência. Mandados de captura assinados em branco, torturas, longas prisões sem julgamento, saneamentos selvagens numa escala que nunca o salazarismo sonhou — atingindo até alunos, o que aquele não fez, atacando antifascistas de sempre em benefício de neófitos do «progressismo»: o rosto da hediondez e da turpitude. O sistema de ensino está todo desorganizado. O Ministério é incapaz de colocar os professores, a avaliação do trabalho escolar é uma burla, os programas são propaganda ideológica e vazio científico e técnico, a escolha de docentes é proselitismo de seitas, não há investigação científica — nem sequer a pouca que havia —, não se formam médicos, nem engenheiros, nem juristas, nem especialistas de quaisquer ciências, os escritores não lançam romances nem poemas, os pintores não pintam quadros, os architectos não têm planos a propor para construções que ninguém empreende, os meios de informação desinformam e deformam, deseducam civicamente. Sociedade da droga e da prostituição de menores, do roubo e do assassinato impunes, da insegurança no quotidiano, ensombrecido pelo terrorismo, pela

violência sob todas as formas, pelo exibicionismo sexual, tudo explorado para fins de propositada decomposição política e social a fim de tornar inviável a democracia entre nós.

O poder político tem-se revelado sem coragem nem lucidez, mesmo quando tenta reagir contra os desmandos totalitários de minorias que não olham a meios e descem a servir-se de neuróticos para os seus fins. Em rigor, nem de poder político pode sequer falar-se, mas de múltiplos poderes, todos sem outra legitimidade que não a da força ou do medo que mesmo injustificadamente inspiram. Um partido ao serviço do estrangeiro que para entregar o Atlântico Sul a certa potência e depois no desespero de não poder impor o comunismo totalitário fomenta as reivindicações impossíveis, provoca os conflitos inutilizadores da economia nacional e que só prejudicam os próprios trabalhadores; que na sombra maneja os cordelinhos da sublevação, quis impedir que Portugal tivesse uma Constituição, se recusa permanentemente a jogar o jogo democrático, mas se apresenta com aparência virginal; conjugando-se afinal com uma pseudo-extrema esquerda que em vez de expressão da utopia e da generosidade desmedida é o ócio, os ódios e retaliações, e só aumenta a confusão pela recusa sistemática ao diálogo limpo e cortês e ao trabalho árduo indispensável a erguer uma Pátria nova. Tal amontoado de incongruências, inconsequências, malquerenças, tacanhez é que tem sido a sabotagem à revolução socialista e democrática, e não uma inexistente acção de inexistentes forças da direita: a direita só existe na medida em que a esquerda é obtusa e esquizofrénica. A carência política revelou-se bem na fixação de um intervalo de dois meses entre as eleições legislativas e as presidenciais, e no prazo de um mês entre estas e a formação do primeiro Governo constitucional: períodos que foram dádivas numa bandeja às forças desestabilizadoras que não perderam tempo, e continuam a não o perder, entregando assim um País que é um corpo canceroso todo roído de metástases.

2.4 — Forças Armadas desde o 25 de Abril e transformação nacional

O 25 de Abril estava inscrito na lógica da decomposição do regime salazarista-caetanista, mais do que se apoiava, embora também dela aproveitasse largamente, na longa resistência antifascista. Foi uma conjugação, necessariamente ambígua, de razões muito diferentes consoante os sectores militares, que não teve a torná-la coesa a unidade com um movimento civil como fora o MUNAF ou o MUD. Daí as incertezas e contradições da acção dos militares no 25 de Abril e depois. Não assumiram então, como deveriam ter assumido plenamente, esse como resgate do 28 de Maio e da longa opressão a que a Nação estivera submetida.

O carácter das Forças Armadas mudara na segunda metade do decénio de 60 e nos anos 70. A guerra colonial algum tempo gozou de foros de popularidade, até porque o serviço no Ultramar melhorava a condição material de famílias modestas. Mas nas classes médias, onde se recrutava a oficialidade, e de longa data na oposição, foi sentida como mais uma forma de consolidar um regime injusto cá e além-mar; daí a ida massiva para o estrangeiro e

a queda nas entradas para a Academia Militar, que passou a receber jovens de classes mais desfavorecidas. Sem esquecer que parte da oposição, ainda moldada pelas tradições patrióticas e pelo sentido de missão criadora de novas pátrias da 1.ª República, não hesitou em partir para África, embora condenasse as acções bélicas. Numa primeira fase, foi essa mudança da base social de recrutamento, que aliciava pela abertura de ensejos de promoção social, que aguentou o regime fascista; mas com o decurso do tempo veio incrustar a contradição no próprio seio das Forças Armadas, quer devido às tensões vindas dos problemas de carreira, quer por as responsabilizar numa questão que não era afinal militar mas sim política. Recusando-se a passar ao plano político — porque seria destruir-se a si próprio —, o regime fascista não preparou nem as Forças Armadas nem a Nação para a descolonização, inevitável; donde os seus erros, resultado da psicose colectiva de abandono, porque não se estava preparado para aceitar que a transformação em estado independente exige presença militar poderosa para evitar, conjugada com acção política hábil, a tomada de poder por minorias e as retaliações, e para assegurar a persistência de laços altamente desejáveis para as duas partes.

De frustração em frustração, reconduzidas a uma Pátria que se via reduzida às dimensões de começos do século XV — expiravam cinco séculos de história — e na decomposição de uma sociedade arcaica perdia a sua identidade de valores e de forças de coesão, os militares vão-se encontrar dilacerados entre duas correntes. Por um lado, como forma até, nuns casos, de negar o passado pessoal, acham-se investidos na missão de vanguarda do processo revolucionário, que desencontradamente encaminham segundo modelos estrangeiros violentando as profundas realidades nacionais; visam a mentalizar o povo português, isto é, a conformá-lo a uma ideologia que ele não criou nem o serve, em vez de o ajudarem a renovar-se, a reformar a sua mentalidade; em postos políticos ou em acções de senhores de pendão e caldeira, expropriam, alteram o regime de propriedade, impõem condições de trabalho incomportáveis para as empresas, querem derrubar o capitalismo prendendo ou obrigando ao exílio os capitalistas; vão-se apoderando dos poderes, sem se aperceberem que estão a ser por seu turno manipulados, e até nem sequer subtilmente, antes grosseiramente, bem à vista. A outra corrente quer para as Forças Armadas um papel aparentemente mais modesto, na realidade mais difícil: garantirem a liberdade ao povo português, entregarem aos cidadãos deste país a possibilidade de contruírem um Portugal novo cujas raízes afundem nos séculos pretéritos e cujas metas sejam traçadas no confronto de opções diferentes. A primeira tendência desagregava as Forças Armadas em milícias partidárias, militarizando parte da Nação, e voltava, sob outra forma, à missão que lhes atribuíra o fascismo, de impor ditatorialmente a vontade do menor número. A segunda restituía-lhes a dignidade que lhes advém de não estarem empenhadas, como ente colectivo, num processo que incumbe aos cidadãos.

Em três eleições, livres mau grado o clima de que procuraram rodeá-las as minorias que se sabiam previamente vencidas, o povo recusou peremptoriamente o totalitarismo, disfarce-se embora de esquerdista, e optou inequi-

vocamente pela democracia socialista. Em 25 de Novembro as Forças Armadas patrióticas e democráticas impediram o golpe da corrente totalitária. Mas novo desfasamento entre os militares e os civis não permitiu que a vitória de 28 de Novembro, correspondendo à vontade nacional, tivesse as suas consequências lógicas: o processo de desagregação prosseguiu e até se acelerou, criando aos órgãos de soberania constitucional uma situação de dificuldade extrema. Os militares voltaram a falhar, não sabendo passar ao plano político — ou melhor, encontrar no plano político as forças que assumissem as responsabilidades. As sucessivas recomposições do Conselho da Revolução e as suas políticas contraditórias ou pouco claras não facilitavam uma nova organização em que o papel das Forças Armadas fosse diáfano.

Que sociedade queremos ser? Expulsemos os fantasmas da unanimidade: há certamente pluralidade de projectos muito diferentes, todos igualmente de considerar. Tentemos um certo consenso. O regime fascista assentava em alicerces sociais que tinham de ser destruídos: para ter a democracia, mesmo entendida formalmente, havia que socializar, já que o nosso capitalismo se revelara incipiente e incapaz de funda transformação. Socializar é colocar os meios de produção e o processo produtivo ao serviço da colectividade, assegurando a todos a dignidade de condições materiais, doseiem-se embora diversamente os regimes de propriedade; para isso, o planeamento nacional e os planeamentos regionais e locais têm de combinar-se com a multiplicidade de iniciativas e a progressiva responsabilização de todos. A todos se tende a vir a dar iguais oportunidades, que aproveitarão segundo vocações e méritos, de modo a termos uma hierarquia de competências coexistindo com a igualdade da cidadania. Ao serviço dos consumidores, que são a totalidade, e não apenas dos trabalhadores, que são apenas uma parcela, conquanto a todos os que estão em idade e com saúde cumpra trabalhar, e tenham direito de trabalhar em condições que respeitem as suas personalidades. A todos possibilidade de acesso à cultura, o que não significa que todos tenham o direito de ser médicos ou engenheiros ou psicólogos ou oficiais. Todos os cidadãos, que também são aliás uma parcela da população, podem e devem participar na criação da vontade geral, em todas as actividades políticas, qualquer que seja o escalão — e a democracia vai desde os órgãos nacionais aos locais. Cada ser humano deve ser um fim em si próprio, e não um meio ao serviço dos outros: esta é a meta suprema.

As Forças Armadas não cabe intervirem na política, e diria até que considero um erro disporem de órgãos de soberania próprios: é separarem-se da Nação, quando com ela têm de estar consubstanciadas. A sua missão está agora claramente definida pelos textos fundamentais, e é dupla: a) defesa da independência nacional e da integridade do território; b) garantia da marcha de democratização, com defesa da integridade dos valores humanos que a nossa pátria incarna. Esta segunda exclui a função de vanguarda de quaisquer correntes, impõe a isenção que leve a assegurar a todos o exercício dos direitos e a obrigatoriedade do cumprimento dos deveres basilares; implica a vigilância atenta às manobras de minicrias que não desistem de instaurar uma ditadura, seja embora em nome das massas, e o

pôr à disposição dos governos constitucionais os meios efectivos de governação. Ainda há dias, ao que parece, um carro da Força Aérea participou na ocupação de uma herdade cooperativa no Alentejo que recusava a ditadura partidária; tais casos têm de acabar, radicalmente. Não cabe também às Forças Armadas substituírem-se à educação permanente do MEIC, lançando-se em «Campanhas de dinamização» ou outras, que são atentados contra a cultura e liberdade do nosso povo. As acções extra-militares das Forças Armadas devem ser sempre extremamente cautelosas, para não descambarem em manipulações.

A defesa da independência nacional é hoje missão altamente complexa, dado o potencial de que dispõem os Super-Grandes e os Grandes, e mesmo nações médias. A guerra é resultado, além da preparação militar específica, de poderosíssima investigação científica e técnica a desembocar numa capacidade industrial só a alguns dada. Não dispomos das possibilidades de tal investigação nem de tal produção, e por isso seremos sempre dependentes. Aliás, a utilização macissa da ciência na arte da guerra deformou a própria ciência, desligando-a da atitude científica fundamental, de modo que a todos os povos se põe hoje o problema de recuperar o humanismo científico como libertação do homem, libertando a ciência das servidões a que a tem sujeito o complexo militar-industrial quer capitalista quer comunista. Medite-se, a tal respeito, a obra acabada de sair, do físico e economista Georges Menahem *La Science et Militaire*. Mas, com tais precauções embora, a arte da guerra põe em jogo o esforço global da nação, com adequada distribuição dos seus recursos entre combate e produção, esforço que só é possível por uma interligação da formação militar e preparação bélica com a pesquisa científica inovadora; a simples assimilação técnica só é actualmente possível em ambiente treinado na investigação e criação.

3 — A Academia Militar

3.1 — A situação do ensino superior

A Academia Militar, como as outras escolas de preparação na arte da guerra, teria assim de estar estreitamente imbricada em todo o ensino superior e organização nacional da investigação científica. Infelizmente, neste momento não há universidades em Portugal, raros são os centros científicos que funcionam, pois o IAC morreu dando à luz um INIC que parece um nado-morto. Não vele a pena taparmos os olhos pudicamente: a maioria dos nossos estabelecimentos de ensino superior deveria ser encerrada, pois gasta somas fabulosas à Nação em pura perda. Para quê ter médicos que só saberão passar certidões de óbito? Economistas que não sabem gerir empresas mas apenas propagandear cartilhas pseudo-marxistas? Professores que não sabem o que devem ensinar nem estão dispostos a ensinar? Entretanto, multiplicaram-se escolas «superiores» por esse País fora sem pessoal qualificado, abarrotaram-se as de Lisboa, Porto e Coimbra de docentes às centenas que não têm habilitações. E como as não têm, vá de berrar para

que se acabe com os doutoramentos, e, logo, com a investigação, qualificados de «elitistas» e de «elitismo», palavras mágicas com que se defendem, atacando, todos os incompetentes. E o ensino secundário não dá qualquer formação que se aproxime sequer do limiar mínimo de exigência para seguir um curso «superior». A grande preocupação é transformar todos os portugueses em bacharéis, a todos dar o canudo. Pois que se lhes dê ao nascerem, mas ao menos façam a instrução primária.

3.2— A Academia Militar no ensino superior

Tal situação condiciona gravemente o problema da Academia Militar, porque impede, por uns tempos pelo menos, a busca das melhores soluções.

Tendo como objectivo umas Forças Armadas que sejam expressão da Nação e que não formem um quisto de sociedade militar na sociedade civil, afigura-se-nos, na verdade, que a formação preliminar deveria fazer-se conjuntamente com os estudantes de outros cursos — ciências exactas e tecnológicas e/ou ciências humanas; a tendência é para um tronco comum talvez de dois anos dondê saiam as ramificações tanto civis como militares. Somos também cépticos quanto à possibilidade de diagnosticar aos 18 anos a vocação para o comando ou para outras tarefas bélicas, como para quaisquer outras profissões que afinal só se conhecem quando se começa a exercê-las. Em terceiro lugar, e a este ponto voltaremos, hoje a formação científica e cultural para profissões muito diferentes tem muito de comum, e a diversificação prematura estanca a fecundidade de métodos, além de que os perfis de profissões estão menos contrastados do que se supõe — ao ouvi-los traçar o perfil do militar pensava no professor ou no director de um banco, por exemplo. Poder-se-ia admitir todavia desde o início complementos de actividades já na Academia e especializadas para a futura missão.

Depois, a preparação técnico-científica e humanística, que tem de ser permanente, só ganhará se for feita, nas várias etapas, em comum com a dos civis; o que manterá os laços entre a grande e a pequena comunidade. Além disso, a actividade militar engloba hoje uma dose alta de investigação científica e técnica, o que também leva a que, ao desenrolar-se no dia-a-dia, os militares trabalhem em laboratórios e centros civis e reciprocamente, preservando, como voltamos a acentuar, a independência da ciência em relação a utilizações que podem ser contrárias ao bem da humanidade. As escolas de níveis acima da Academia Militar deveriam, em nosso entender, manter essa imbricação com as Escolas de Altos Estudos Civis. Pois hoje nenhuma universidade forma directamente para a profissão, fornece apenas os alicerces — ensina as bases, forma as atitudes, prepara a maneira de saber trabalhar. E por isso todas as profissões exigem sucessivas escolas de níveis cada vez mais altos.

Mas tal horizonte está distante, dadas as condições presentes da sociedade portuguesa. A Academia, por enquanto pelo menos, terá de manter-se separada, como as outras escolas militares, embora abrindo-se à interpene-

tração à medida que for sendo possível sem se degradar. Ampliá-la numa Universidade onde entrasse a Escola Naval talvez fosse um primeiro passo. Seja como for, afigura-se-nos essencial não só o alargamento de horizontes, que traz o confronto da diversidade de doutrinas e a complementaridade de formações, mas também um ensino que mesmo nos aspectos estritamente militares hoje tem de ser permeado pelo espírito de investigação e criação cultural contínua, e desde o início. O ensino como mera transmissão de conhecimentos adquiridos e de modelos a copiar não prepara para as missões do nosso tempo, numa civilização em mudança permanente, onde a cada passo surge o imprevisto.

Partindo de um tronco comum que depois se ramifica, conviria que mais tarde as especialidades se reencontrassem num novo ano comum de reflexão conjunta e confronto de experiências e formações. Ao longo de toda a formação, caminhar não paralelo, mas sim em inter-acção recíproca, do aspecto militar e do científico-técnico e humanístico; como na formação do médico, perfeitamente igual. Não se trata de um dilema. Porque a mente sã em corpo são deve ser vector de todas as formações, e a chamada formação militar é resultante de aprofundada consideração da ciência, da técnica, das humanidades, de um constante repensar do perfil do soldado, da missão das Forças Armadas e da sua inserção na sociedade civil.

3.3 — A Academia Militar na pátria que queremos ser

Porque não tenhamos ilusões. Não existe hoje um arquétipo unanimemente aceite do que é um militar, pelo qual formarmos os futuros militares. Meditar nos arquétipos possíveis, e tentar o balanço para decidir o mais, ou os mais desejáveis, eis uma tarefa que incumbe em permanência às escolas militares e centros de estudo. Problema que se prende aliás ao da crise de civilização que o mundo e Portugal atravessam. Entre nós mais ainda do que lá fora desmoronou-se uma ordem de valores arcaica, hierática, rígida, e nenhumas novas ordens de valores, atitudes, normas foram elaboradas e propostas. Trabalho urgente de reflexão nacional, em que têm de participar a Academia e as outras escolas militares. Sem essa proposta precisa e concreta não entusiasmaremos o nosso povo nas tarefas a que tem de deitar ombros. Mas um terceiro ponto incumbe à Academia e outras escolas militares. Num mundo uno onde a lei é ditada por potências poderosíssimas mas onde os povos têm mostrado capacidade de se fazerem ouvir e até de as colocarem em xeque, qual deve ser a doutrina da defesa nacional, no nosso caso que é o de uma pequena pátria sem potencial industrial nem sequer agrícola, sem investigação científica e que deitou pela borda fora os seus técnicos, sem ensino secundário ou superior a formar os indispensáveis quadros? Isto numa era em que a arte da guerra é função da criação científica e da capacidade produtiva, da coesão colectiva e do sentido das responsabilidades. Em que a vida nacional exige, não a restauração do antigo Estado mas a fundação de um novo Estado, este democrático, exige a abnegação no quotidiano pelo trabalho e pela tomada de consciência, por não ceder a mani-

pulações, pela coragem cívica para resistir às ameaças das minorias bem organizadas e que agem impunemente.

Será contribuindo para que se criem as condições que permitam essa ascensão para a luz e para a esperança, ou seja, a fim de que se alcancem os alvos que acabamos de enunciar, que os Forças Armadas cumprirão a sua missão nacional e a sua função social, na Pátria que queremos ser. Ou, mais resumidamente: ajudem-nos a vencer o que Alfred Sauvy acaba de denunciar como o grande obstáculo da humanidade hoje: «uma imensa cobardia social: medo de agir, medo de dizer a verdade, medo de ver as cousas como são e até medo de pensar». (*)

Vitorino Magalhães Godinho

Professor da Universidade Nova de Lisboa

(*) *L'Economie du diable — Chômage et inflation*, Paris, 1976.